SCIENTIA INTERNATIONAL PRESS EDITORA CLAEC

SCIENTIA GLOBAL EDITIONS: CLAEC e-BOOKS CAPÍTULO DE LIVRO

PUBLICAÇÃO ANTECIPADA

O território em disputa: quem define uma cidade inteligente?

El territorio en disputa: ¿quién define una ciudad inteligente?

Leonardo do Carmo Lemos[1], Rosalinda Chedian Pimentel[2], Robson de Jesus Ribeiro[3]

[1] Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, Brasil · ROR: https://ror.org/00987cb86 · autoria correspondente: carmo.lemos@unesp.br

[2] Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, Brasil · ROR: https://ror.org/00987cb86

[3] Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, São Paulo, Brasil · ROR: https://ror.org/01z6qpb13 · ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2537-6891

ESTE CAPÍTULO		OBRA EM PREPARAÇÃO	
DOI	https://doi.org/10.56365/fgpm3n19	Título	A cidade enquanto fenômeno de análise das Ciências Sociais
Recebido em	12/11/2026	Organização	Muryel Moura dos Santos; Jesus Marmanillo Pereira; Gessyelle Catarine da Silva
Aceito em	14/11/2026	ISBN	-
Publicado online	17/11/2026	DOI da obra	https://doi.org/10.56365/k4xtb027
Versão	v1	Previsão	2026
Idiomas	Português - Espanhol	Avaliação	06/11/2026
Licença	CC BY 4.0	Pareceristas	Organização da obra

Bloco preenchido pela equipe editorial. Não escreva nesta área.

COMO CITAR

AGORA	Lemos, L. do C., Pimentel, R. C., & Ribeiro, R. de J. (2026). O território em disputa: quem define uma cidade inteligente?. In M. M. dos Santos, J. M. Pereira, & G. C. da Silva (Orgs.), A cidade enquanto fenômeno de análise das Ciências Sociais - publicação antecipada. Scientia International Press; Editora CLAEC. https://doi.org/10.56365/fgpm3n19
DEPOIS	*A referência recebe o título definitivo da obra, o ISBN e o intervalo de páginas quando o livro completo for publicado. O DOI e a data de publicação antecipada não mudam.*

Resumo

Este capítulo tem como objetivo examinar a racionalidade presente na metodologia do *Connected Smart Cities* e discutir suas implicações para as Ciências Sociais, em especial para o Serviço Social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza documental, fundamentada no método materialista histórico-dialético, com base em documentos institucionais, metodologias e indicadores disponibilizados pelo *ranking*. A análise evidencia que, embora a incorporação tecnológica possa contribuir para a gestão urbana, a centralidade atribuída à inovação, à competitividade e à eficiência administrativa tende a limitar a apreensão das contradições sociais que conformam as cidades brasileiras. Argumenta-se que a disputa acerca da concepção de cidades inteligentes envolve não apenas a adoção de tecnologias, mas também a definição dos sentidos atribuídos ao desenvolvimento urbano, ao território e ao direito à cidade.

Palavras-chave: smart cities, rankings urbanos, desenvolvimento urbano, território, desigualdades socioespaciais

Resumen

Este capítulo tiene como objetivo examinar la racionalidad presente en la metodología del *Connected Smart Cities* y discutir sus implicaciones para las Ciencias Sociales, en especial para el Trabajo Social. Se trata de una investigación cualitativa, de naturaleza documental, fundamentada en el método materialista histórico-dialéctico, a partir de documentos institucionales, metodologías e indicadores puestos a disposición por el *ranking*. El análisis muestra que, aunque la incorporación tecnológica puede contribuir a la gestión urbana, la centralidad atribuida a la innovación, a la competitividad y a la eficiencia administrativa tiende a limitar la aprehensión de las contradicciones sociales que conforman las ciudades brasileñas. Se argumenta que la disputa en torno a la concepción de ciudades inteligentes implica no solo la adopción de tecnologías, sino también la definición de los sentidos atribuidos al desarrollo urbano, al territorio y al derecho a la ciudad.

Palabras clave: smart cities, rankings urbanos, desarrollo urbano, territorio, desigualdades socioespaciales

Introdução

As transformações tecnológicas das últimas décadas têm reconfigurado, profundamente, as cidades e suas formas de organização da vida social, econômica e política. No contexto da globalização, as chamadas cidades globais passaram a ocupar posição estratégica na circulação de capitais, informações, tecnologias, pessoas e serviços. Essas transformações não se restringem à infraestrutura urbana e aos sistemas de comunicação, mas alcançam também as relações sociais, os modos de vida e as formas de produção e reprodução do cotidiano, redefinindo as relações entre território, economia e sociedade.

Nesse cenário de transformações, novas formas de trabalho, marcadas pela digitalização, pela plataformização, pela automação e pela crescente flexibilização das relações de trabalho modificam as experiências cotidianas e as formas de inserção social. É também nesse contexto que emerge e se consolida o paradigma das cidades inteligentes, associado à promessa de utilizar tecnologias, dados e inovação para enfrentar problemas urbanos, ampliar a eficiência da gestão pública e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população. A incorporação dessas tecnologias, contudo, não ocorre de maneira homogênea, sendo perpassada pelas desigualdades econômicas, sociais e territoriais, que caracterizam as cidades contemporâneas.

Entretanto, para Lima *et al*. (2026), essa agenda se desenvolve em um mundo atravessado pelo agravamento das crises climáticas, humanitárias, sociais e econômicas, que expõem, de maneira desigual, populações e territórios a riscos, vulnerabilidades e violações de direitos. Assim, o desafio contemporâneo não consiste apenas em tornar as cidades mais conectadas, eficientes e tecnologicamente avançadas, mas em compreender se e como essas transformações são capazes de responder às desigualdades estruturais e às novas

demandas sociais produzidas em contextos de crescente complexidade urbana e de intensificação das crises socioambientais. Nessa perspectiva, pensar as cidades inteligentes exige ultrapassar uma compreensão centrada, exclusivamente, na modernização tecnológica e considerar as condições concretas de vida da população, as desigualdades territoriais e os diferentes modos de apropriação e vivência do espaço urbano.

A cidade constitui construção histórica e social, produzida pelas relações econômicas, políticas e culturais que conformam a vida em sociedade e o processo de reprodução das relações sociais refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes (Iamamoto, 2021). O território urbano materializa as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista, expressando, simultaneamente, processos de modernização e transformação do espaço, desigualdades socioespaciais, disputas em torno de seus usos e apropriações e diferentes manifestações da questão social.

Sob essa perspectiva, compreender a cidade exige ultrapassar análises estritamente técnicas ou gerenciais, reconhecendo-a como espaço vivo da dinâmica da sociabilidade capitalista, portanto, como objeto privilegiado de análise das Ciências Sociais.

Nas últimas décadas, a intensificação da urbanização, associada ao avanço das tecnologias digitais, contribuiu para a difusão do paradigma das "Cidades Inteligentes" ou "*Smart Cities*". Apresentadas como respostas aos desafios urbanos contemporâneos, essas iniciativas passaram a orientar políticas públicas, estratégias empresariais e agendas de planejamento urbano, difundindo a ideia de que a inovação tecnológica constitui um elemento central para a promoção do desenvolvimento municipal. Paralelamente, multiplicaram-se metodologias destinadas a avaliar o desempenho das cidades por meio de indicadores e *rankings*, que buscam mensurar sua capacidade de modernização, conectividade, governança e competitividade.

No Brasil, o *Connected Smart Cities* consolidou-se como um dos principais sistemas de avaliação urbana, tornando-se referência para a gestão pública, empresas, comunidade acadêmica e instituições interessadas na temática. Embora a metodologia contemple diferentes dimensões do desenvolvimento municipal, a crescente influência do *Connected Smart Cities* (CSC) suscita uma questão fundamental: quem define os critérios que caracterizam uma cidade como inteligente? Mais do que um exercício técnico de mensuração, a construção desses indicadores envolve escolhas teóricas, políticas e metodológicas que contribuem para produzir determinadas concepções de cidade e, consequentemente, orientar prioridades no planejamento urbano.

Parte-se da hipótese de que esses *rankings* urbanos, ao privilegiarem indicadores associados à inovação tecnológica e ao dinamismo econômico, expressam uma racionalidade alinhada às transformações contemporâneas do capitalismo, o que pode contribuir para conferir menor visibilidade às assimetrias urbanas e contradições sociais históricas.

Diante dessa reflexão e da hipótese apresentada, o capítulo tem como objetivo analisar a lógica de avaliação do *Connected Smart Cities*, identificando as concepções de cidade presentes em sua metodologia e discutindo suas implicações para as Ciências Sociais, particularmente, para o Serviço Social. A realização dessa pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o debate crítico sobre os sistemas de avaliação urbana, ainda predominantemente orientado por perspectivas técnico-gerenciais, contribuindo para a incorporação de categorias como território, questão social, direito à cidade e desigualdade na análise das críticas das chamadas cidades inteligentes.

A partir desse percurso, torna-se relevante deslocar o olhar da dimensão estritamente tecnológica que frequentemente orienta o debate sobre as cidades inteligentes para compreensão amplificada das relações sociais, territoriais e políticas, que conformam a produção do espaço urbano.

Para desenvolver essa análise, o presente trabalho está estruturado em três seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa, detalhando a abordagem qualitativa e documental ancorada no materialismo histórico-dialético, bem como os critérios e indicadores que compõem o *Ranking Connected Smart Cities* (CSC) 2025. Na segunda seção, discute-se criticamente a racionalidade neoliberal e gerencial subjacente ao paradigma das cidades inteligentes, articulando-a às dinâmicas de mercantilização do espaço urbano, às transformações no mundo do trabalho e às contribuições do Serviço Social. Por fim, realiza-se um contraponto metodológico por meio da proposição de indicadores interseccionais e territoriais voltados à apreensão da realidade social brasileira, seguido das conclusões do estudo.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza documental, ancorada no método do materialismo histórico-dialético. Parte-se da compreensão de que os *rankings* urbanos são construções sociais que expressam determinadas concepções de cidade e de desenvolvimento não se limitando a instrumentos técnicos de avaliação, mas constituindo formas de produção e legitimação de determinados modos de interpretar a realidade urbana.

Tomou-se como objeto documental de estudo o *Ranking Connected Smart Cities* (CSC), edição de 2025, que contempla sua metodologia de avaliação, critérios de classificação, indicadores e demais informações, compreendendo-o, não apenas como um instrumento técnico de mensuração urbana, mas como uma construção metodológica atravessada por escolhas teóricas, políticas e epistemológicas. Parte-se do pressuposto de que os indicadores utilizados para definir uma "cidade inteligente" não representam realidade neutra, mas expressam determinadas concepções de desenvolvimento urbano, selecionando dimensões consideradas prioritárias e, simultaneamente, tornando invisíveis outros aspectos relacionados à reprodução da vida, às desigualdades sociais e ao direito à cidade.

O percurso metodológico envolveu a análise documental da estrutura do CSC, considerando seus critérios de seleção de indicadores, fontes de dados, eixos temáticos e procedimentos de classificação dos municípios. O *ranking* analisado utiliza 75 indicadores organizados a partir de referências, como as normas ABNT NBR ISO 37120, 37122, 37123 e 37125, além de indicadores relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e outras bases institucionais. A pesquisa examinou como esses indicadores são distribuídos entre dimensões como governança, meio ambiente e mudanças climáticas, mobilidade urbana, inovação, saúde, educação, segurança e condições sociais. A análise considerou, também, os procedimentos estatísticos empregados pelo *ranking*, especialmente a normalização dos dados, a ponderação dos indicadores e a classificação final dos municípios.

Embora o CSC utilize critérios de padronização e comparabilidade, esta pesquisa problematiza que a definição dos parâmetros de desempenho, dos valores considerados "ótimos" e da atribuição de pesos aos indicadores envolve decisões políticas sobre quais dimensões urbanas devem ser valorizadas. Dessa forma, de uma perspectiva crítica fundamentada no materialismo histórico-dialético, a análise buscou problematizar as implicações desse modelo de avaliação para a compreensão do desenvolvimento urbano, considerando as contradições estruturais do capitalismo e a segregação territorial que atravessam as cidades contemporâneas. Buscou-se compreender como determinadas métricas podem favorecer uma leitura orientada pelo aparato tecnológico, eficácia gerencial e dinamismo de mercado, enquanto dimensões vinculadas à proteção social, às desigualdades territoriais e à justiça socioambiental permanecem secundarizadas e/ou invisibilizadas.

Por fim, a metodologia articula a análise do CSC a uma perspectiva territorial crítica, compreendendo a cidade como espaço produzido, historicamente, por relações sociais, econômicas e políticas. Nessa abordagem, a cidade inteligente é analisada para além da infraestrutura tecnológica e da capacidade de geração de dados, considerando os conflitos, desigualdades e disputas que atravessam a produção do território. Assim, a investigação busca identificar quais projetos de cidade são legitimados pelos sistemas de classificação e

quais dimensões da vida urbana permanecem ausentes ou sub-representadas na construção contemporânea do paradigma das cidades inteligentes.

A discussão sobre cidades inteligentes evidencia que não há consenso em torno do conceito, que oscila "desde um conceito eminentemente tecnológico até um conceito mais humano" (Guimarães, 2018, p. 118) envolvendo diferentes formas de compreender a relação entre tecnologia, sociedade e território. A partir dessa perspectiva, os modelos de avaliação urbana devem ser analisados criticamente, pois expressam escolhas metodológicas e concepções específicas de desenvolvimento, sendo que "vários modelos empregados para a classificação e/ou avaliação de cidades inteligentes [...] não se mostraram, na visão do autor desta tese, totalmente adequados à realidade nacional" (Guimarães, 2018, p. 100). Essa perspectiva dialoga com Ana Fani Alessandri Carlos, ao compreender o espaço urbano como produto histórico das relações sociais e destacar que o capital imobiliário atua "de forma cada vez mais clara na produção do espaço, em busca de constante lucro" (Carlos, 2011, p. 16).

Assim, os *rankings* urbanos não apenas mensuram cidades, mas também produzem referências sobre quais dimensões são valorizadas no desenvolvimento urbano, revelando disputas em torno dos projetos de cidade e das racionalidades que orientam a produção do território.

Nesse sentido, procurou-se compreender de que modo os indicadores que estruturam esses *rankings* selecionam, hierarquizam e conferem visibilidade a determinadas dimensões da realidade urbana, ao mesmo tempo em que podem secundarizar aspectos fundamentais relacionados às condições de vida, ao direito à cidade e às desigualdades produzidas no espaço urbano.

Cidades inteligentes para quem? Tecnologia, território e desigualdades na racionalidade urbana contemporânea

A centralidade conferida aos avanços tecnológicos, à eficiência administrativa e à competitividade nos atuais modelos de avaliação urbana não pode ser compreendida de forma dissociada das transformações do capitalismo contemporâneo. A incorporação da tecnologia como elemento estruturante das estratégias de desenvolvimento urbano insere-se em uma racionalidade que tende a valorizar a capacidade das cidades de produzir vantagens competitivas, atrair investimentos e integrar-se aos circuitos econômicos globais. Nesse contexto, a ideia de "cidade inteligente" ultrapassa a dimensão técnica da digitalização dos serviços e passa a expressar determinado projeto de cidade, baseado na valorização da inovação, da conectividade e da capacidade de inserção no mercado.

Vainer (2000) argumenta que o planejamento urbano contemporâneo passou a incorporar, de forma crescente, princípios oriundos da lógica empresarial, convertendo a cidade em agente competitivo na disputa por investimentos, eventos e oportunidades de negócios. A cidade deixa de ser compreendida, prioritariamente, como espaço de realização de direitos e reprodução da vida social e passa a ser administrada como ativo econômico, cuja capacidade de competir depende da construção de vantagens comparativas capazes de atrair capital. Sob essa perspectiva, os instrumentos de avaliação urbana, como os *rankings* de cidades inteligentes, não apenas mensuram desempenhos, mas também contribuem para consolidar determinadas concepções sobre quais atributos tornam uma cidade desejável, eficiente e bem-sucedida.

Essa transformação da cidade em ativo econômico não se limita à adoção de novos instrumentos de gestão, mas expressa uma racionalidade mais ampla de organização do território no capitalismo contemporâneo. Conforme analisa Harvey (2014), a dominação da classe capitalista ultrapassa o controle dos aparelhos de Estado, alcançando também populações inteiras e sobretudo seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo. A produção do espaço urbano torna-se atravessada por disputas em torno dos sentidos atribuídos ao desenvolvimento, à inovação e às formas legítimas de apropriação do território.

Tal perspectiva permite compreender que os modelos contemporâneos de cidades inteligentes não representam apenas respostas técnicas aos desafios urbanos, mas também expressam determinadas escolhas políticas sobre quais dimensões da cidade devem ser valorizadas, mensuradas e priorizadas. A centralidade atribuída à inovação tecnológica, à eficiência e à competitividade econômica revela uma concepção de desenvolvimento urbano vinculada à capacidade de inserção das cidades nos circuitos de valorização do capital, enquanto outras dimensões relacionadas à reprodução da vida social permanecem frequentemente secundarizadas.

Essa inflexão foi analisada por Ermínia Maricato (2011) ao demonstrar que a incorporação de modelos gerenciais ao planejamento urbano brasileiro frequentemente desloca o foco das políticas públicas das necessidades sociais para a valorização econômica do território. A modernização tecnológica, embora frequentemente apresentada como sinônimo de progresso e desenvolvimento, não modifica, por si só, as estruturas históricas que produzem a desigualdade urbana. Ao contrário, pode coexistir com profundas assimetrias no acesso à moradia, ao transporte, ao saneamento, à saúde, à educação, à assistência social e às demais políticas públicas que constituem o direito à cidade. Dessa forma, a questão central não reside em negar o potencial da tecnologia, mas em problematizar quais projetos urbanos

são fortalecidos quando a inteligência da cidade é definida prioritariamente por indicadores de inovação e competitividade.

Sob essa ótica, a crescente valorização da inovação deve ser compreendida para além de sua dimensão técnica. A expansão das chamadas cidades inteligentes tem favorecido a consolidação de um amplo mercado voltado à oferta de soluções para governos locais, envolvendo empresas de tecnologia, consultorias, plataformas digitais e serviços especializados em inteligência urbana. Nesse processo, a inovação tecnológica e as próprias dimensões territoriais da vida urbana passam a ser incorporadas como mercadorias, submetidas a lógicas de valorização econômica, uma vez que, como destaca Harvey (2014, p. 27), "vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar".

Nessa perspectiva, a inteligência de uma cidade não pode ser aferida, exclusivamente, pela presença de tecnologias digitais ou pelo desempenho em indicadores selecionados a partir de determinadas racionalidades econômicas e gerenciais, uma vez que o território permanece marcado pelas múltiplas expressões da questão social produzidas e reproduzidas pelas relações sociais do capitalismo contemporâneo.

É precisamente nesse ponto que se evidencia a contribuição do Serviço Social para a análise crítica do fenômeno das cidades inteligentes. Embora o debate sobre esse tema tenha sido historicamente conduzido por áreas como engenharia, administração pública, tecnologia da informação e planejamento urbano, suas implicações ultrapassam a dimensão técnica, alcançando diretamente os processos de produção e reprodução da vida social.

As transformações decorrentes da digitalização dos territórios urbanos não se restringem à incorporação de novas ferramentas tecnológicas, mas reconfiguram formas de acesso às políticas públicas, alteram modos de gestão estatal, introduzem novas mediações nas relações de trabalho e produzem novas expressões da desigualdade social. Compreender a cidade inteligente exige uma análise que considere a totalidade das relações sociais nas quais a tecnologia está inserida, reconhecendo que as inovações são apropriadas e operacionalizadas em contextos marcados por disputas, desigualdades e diferentes condições de inserção dos sujeitos no território.

Essa discussão torna-se ainda mais relevante diante das transformações contemporâneas do mundo do trabalho, uma vez que a expansão das tecnologias digitais também modifica processos produtivos, formas de gestão e exigências profissionais. Iamamoto (2022, p. 120) destaca que

> [...] sob a hegemonia do capital financeiro, vem mudando o perfil do mercado de trabalho, as funções e atribuições profissionais, alterando formas consagradas

> de produção e de gestão do trabalho, introduzindo mudanças nas demandas, requisitos de qualificação e atribuições profissionais.

Assim, a discussão sobre cidades inteligentes também demanda compreender como essas transformações incidem sobre as profissões, sobre as políticas sociais e sobre as formas de intervenção no território.

Dito isso, o desenvolvimento urbano não pode ser reduzido aos níveis de conectividade, inovação tecnológica ou produtividade econômica. A ampliação da infraestrutura digital, quando dissociada do enfrentamento das determinações estruturais que produzem as desigualdades socioespaciais, demonstra que a modernização técnica, por si só, não assegura desenvolvimento social nem a efetivação do direito à cidade. A incorporação das tecnologias digitais nos territórios urbanos precisa ser analisada considerando as relações sociais, econômicas e políticas que orientam sua produção, apropriação e distribuição.

Incorporando uma análise crítica sobre os impactos das transformações tecnológicas nas políticas públicas, no trabalho e nas formas de reprodução da vida social, Amaral e Cesar (2009, p. 417) refletem que

> [...] a complexificação da sociedade, as mudanças no mundo do trabalho, no papel do empresariado e o protagonismo dos organismos internacionais na definição de estratégias de "desenvolvimento" para os países periféricos, são alguns determinantes que conduzem a uma ação profissional caracterizada por rupturas e continuidades.

As transformações contemporâneas exigem do Serviço Social uma leitura ampliada das novas faces da precarização social e das disputas que atravessam os territórios.

Isso não significa rejeitar a inovação tecnológica ou desconsiderar suas potencialidades para a gestão pública, mas compreender criticamente os sentidos políticos e sociais atribuídos ao desenvolvimento urbano. Carlos (2011, p. 19) argumenta que

> [...] o espaço como categoria do pensamento e realidade prática, traz em si a ideia de referência para o ser humano, uma vez que é sua condição de existência, assim como as transformações da sociedade trazem como consequência modificações espaciais.

O território, portanto, não constitui apenas uma dimensão técnica passível de mensuração, mas uma construção histórica e social marcada por relações de poder, conflitos, desigualdades e diferentes formas de apropriação.

Indicadores para a realidade social brasileira: um contraponto metodológico

Nos 75 indicadores distribuídos em 13 eixos temáticos do CSC predomina a mensuração de aspectos voltados à eficiência gerencial, capacidade fiscal, atratividade econômica e digitalização de serviços. Embora contemple dimensões sociais e ambientais, a metodologia privilegia métricas alinhadas à lógica de mercado e ao dinamismo econômico. Para que a mensuração da "inteligência" urbana reflita a realidade concreta das cidades brasileiras, torna-se necessário tensionar esses critérios, incorporando indicadores que captem a profundidade da questão social, as opressões estruturais e as assimetrias territoriais. O Quadro 1 sintetiza o contraponto entre os indicadores privilegiados pelo CSC e os indicadores considerados como necessários para uma análise pertinente ao desenvolvimento humano, à proteção social e ao direito à cidade.

Quadro 1
Contraponto metodológico: eixos do CSC 2025 e dimensões centrais para a avaliação da realidade social brasileira

Dimensão central	Indicadores atuais (CSC 2025)	Indicadores propostos para a realidade brasileira
Proteção social e assistência	Atualização do CadÚnico; % de gastos com serviços sociais; % de tecnologias assistivas.	Cobertura de CRAS/CREAS por habitante vulnerável; alcance de programas de transferência de renda (BPC/PBF) na extrema pobreza; famílias em acompanhamento continuado pelo SUAS.
Gênero, raça e diversidade	% de edifícios públicos acessíveis; % de mulheres eleitas na gestão da cidade.	Taxas de feminicídio e violência doméstica; crimes de ódio (racismo/LGBTfobia); letalidade da juventude negra; disparidade salarial e de cargos por raça e gênero.
Habitação, solo e segregação	Sem-teto por 100 mil habitantes; imóveis inundados; gastos com manutenção urbana.	Conflitos fundiários e risco de despejos forçados; déficit habitacional quantitativo e qualitativo; % de assentamentos precários/favelas com REURB de interesse social (REURB-S); tempo médio de deslocamento periferia-centro.
Trabalho, renda e seguridade	Crescimento e renda do trabalho formal; concentração de empregos; CAPAG.	Taxa de informalidade e desemprego; índice de vulnerabilidade do trabalho uberizado/plataformizado; % de famílias vivendo com até 1/2 salário mínimo *per capita*.
Educação, formação e cultura	Ideb; alunos por turma; vagas em creche; dispositivos digitais por estudante.	Taxa de acesso e permanência de jovens negros e periféricos no ensino superior/técnico público; analfabetismo funcional com recorte racial/territorial; presença de equipamentos culturais públicos em áreas periféricas.
Saúde coletiva e DANTs	Leitos; médicos por habitante; vacinação; prontuário eletrônico.	Razão de cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) em áreas de vulnerabilidade; tempo de espera para consultas especializadas e exames no SUS; taxa de mortalidade por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DANTs) e causas evitáveis por CEP/bairro.

Dimensão central	Indicadores atuais (CSC 2025)	Indicadores propostos para a realidade brasileira
Justiça ambiental e clima	Cobertura de esgoto/água; reciclagem; emissão de GEE; áreas protegidas.	Mapeamento de populações vulneráveis em áreas de risco sem obras de mitigação (racismo ambiental); acesso equitativo a parques e áreas verdes por faixa de renda/bairro; taxa de internação por doenças de veiculação hídrica e poluição do ar nas periferias.
Segurança e direitos humanos	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes; efetivo de segurança.	Taxa de letalidade policial por território; taxa de violência armada sobre jovens periféricos; presença de conselhos tutelares e redes comunitárias de mediação de conflitos.

Fonte: elaborado pelos autores (2026), com base em Urban Systems (2025).

A leitura comparativa do Quadro 1 evidencia uma assimetria estrutural na racionalidade que orienta a mensuração da inteligência urbana no Brasil. Observa-se que os indicadores adotados pelo CSC 2025 operam majoritariamente sob uma lógica de oferta técnica, capacidade fiscal e eficiência administrativa, sem captar as condições concretas de acesso e os determinantes estruturais que atravessam os territórios. No eixo da Habitação e Solo, por exemplo, contabilizar gastos com manutenção urbana ou o número absoluto de pessoas em situação de rua oculta os conflitos fundiários, o déficit habitacional qualitativo e a ausência de regularização fundiária de interesse social (REURB-S) nas periferias.

De forma semelhante, na dimensão de Trabalho e Renda, a ênfase no emprego formal e na capacidade de pagamento do município (CAPAG) invisibiliza o avanço das condições concretas de precariedade nas cidades brasileiras.

Ademais, nos eixos de Gênero, Raça e Diversidade e de Segurança, a metodologia vigente reduz fenômenos complexos a métricas institucionais pontuais, como o percentual de edifícios acessíveis, a representatividade formal ou o tamanho do efetivo policial. A contraposição proposta demonstra que uma avaliação comprometida com a realidade brasileira exige incorporar indicadores de desigualdade e violação de direitos, tais como a letalidade policial e da juventude negra por território, as taxas de feminicídio, o racismo ambiental em áreas de risco e a cobertura efetiva da rede socioassistencial (CRAS/CREAS) e da Estratégia Saúde da Família (ESF) nas áreas de maior vulnerabilidade.

Ao deslocar o foco da mera disponibilidade de infraestrutura digital (como prontuários eletrônicos ou dispositivos por aluno) para a equidade no acesso e a proteção social, evidencia-se que a "inteligência" de uma cidade não pode ser dissociada do enfrentamento às opressões estruturais e à segregação socioespacial.

A incorporação dessas métricas interseccionais e territoriais permite deslocar a noção de "inteligência urbana" de um parâmetro estritamente técnico-gerencial para um compromisso ético-político com a universalização dos direitos e o combate às desigualdades

estruturais. A partir dessa perspectiva, discutir cidades inteligentes significa questionar quem define os parâmetros utilizados para classificar uma cidade como inteligente, quais interesses orientam essas escolhas e quais dimensões da realidade urbana permanecem invisibilizadas quando a inovação tecnológica é elevada à condição central de desenvolvimento.

Em última instância, o debate sobre cidades inteligentes envolve disputas acerca de projetos societários, modelos de desenvolvimento e formas de produção do território, reafirmando que a tecnologia somente adquire sentido social quando orientada para a ampliação dos direitos, o fortalecimento das políticas públicas e a construção de cidades mais justas, democráticas e inclusivas.

Conclusão

A análise desenvolvida neste capítulo evidenciou que os modelos contemporâneos de avaliação das cidades inteligentes, embora apresentados como instrumentos técnicos de mensuração do desempenho urbano, expressam determinadas concepções de cidade, desenvolvimento e território. O *Connected Smart Cities*, ao estruturar sua metodologia a partir de indicadores relacionados à inovação, tecnologia, competitividade econômica e eficiência da gestão, contribui para consolidar uma racionalidade urbana na qual a capacidade tecnológica e a inserção dos municípios nos circuitos econômicos assumem centralidade na definição do que caracteriza uma cidade inteligente. Contudo, essa perspectiva apresenta limites quando confrontada com a realidade brasileira, marcada por profundas desigualdades socioespaciais, diferentes capacidades institucionais e múltiplas expressões da questão social que não podem ser plenamente apreendidas por métricas quantitativas e classificações comparativas.

Os *rankings* urbanos não devem ser compreendidos como instrumentos neutros, pois a seleção dos indicadores, a definição dos parâmetros de desempenho e a hierarquização das dimensões avaliadas envolvem escolhas políticas, teóricas e metodológicas. Ao estabelecer quais aspectos da vida urbana são considerados relevantes, esses instrumentos também produzem referências sobre o que significa desenvolvimento urbano, podendo privilegiar dimensões associadas à inovação, à competitividade e à atração de investimentos em detrimento de elementos relacionados à proteção social, à redução das desigualdades e à efetivação dos direitos. Assim, mais do que classificar cidades, os *rankings* participam da construção de narrativas e prioridades que orientam práticas de planejamento e gestão urbana.

A discussão realizada demonstrou que a cidade não pode ser compreendida apenas como um espaço técnico, administrativo ou orientado pela eficiência. O território constitui-se historicamente pelas relações sociais, econômicas e políticas, sendo atravessado por

conflitos, desigualdades e diferentes formas de apropriação. A inteligência urbana não pode ser reduzida à presença de tecnologias digitais, à produção de dados ou ao desempenho em indicadores padronizados, pois envolve também as condições concretas de reprodução da vida social, o acesso aos direitos e a capacidade de enfrentar desigualdades estruturais.

A crítica aos modelos de avaliação urbana não significa negar a importância da inovação tecnológica ou dos instrumentos de gestão baseados em dados. Ao contrário, reconhece-se que a tecnologia pode contribuir para aprimorar políticas públicas, fortalecer a capacidade administrativa do Estado e ampliar mecanismos de participação social. Entretanto, seus sentidos precisam ser disputados a partir de uma perspectiva comprometida com a justiça social, a sustentabilidade e a democratização da cidade, evitando que a inovação seja compreendida como solução isolada para problemas urbanos historicamente constituídos.

Para o Serviço Social, essa discussão possui particular relevância, uma vez que a profissão atua nas mediações entre as determinações estruturais da sociedade e as demandas concretas vivenciadas nos territórios. A análise crítica das cidades inteligentes permite compreender que a tecnologia constitui uma dimensão importante da vida contemporânea, mas não substitui o compromisso com a universalização dos direitos sociais, a redução das desigualdades e a construção de territórios inclusivos. Nesse sentido, uma cidade inteligente deve ser compreendida não apenas pela sua capacidade tecnológica ou posição em *rankings*, mas pela sua capacidade de garantir dignidade, participação democrática e melhores condições de vida para sua população.

Assim, a questão central não está apenas em definir quais cidades apresentam melhor desempenho nos *rankings*, mas em discutir quem define os critérios que qualificam uma cidade como inteligente e quais projetos urbanos são legitimados por essas escolhas. A construção de cidades verdadeiramente inteligentes exige ampliar o debate para incorporar dimensões sociais, ambientais e políticas, reconhecendo que a inteligência urbana está vinculada à capacidade de promover direitos, justiça socioambiental e formas democráticas de produção e apropriação do território.

Declarações

Financiamento. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil (CAPES), Código de Financiamento 001, AUXPE n. 0244/2021, Processo n. 88881.638953/2021-01.

Agradecimentos. Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Conflitos de interesse. Não informados no manuscrito.

Ética em pesquisa. Não se aplica. Pesquisa documental baseada em fontes públicas, sem participantes humanos.

Uso de inteligência artificial. Não informado no manuscrito.

Disponibilidade de dados. Os documentos analisados são públicos e estão indicados nas referências.

Contribuição das autorias. Não informada no manuscrito.

Referências

AMARAL, Angela Santana do; CESAR, Monica. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (org.). *Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS: ABEPSS, 2009. Disponível em: https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5620/Cfess-LivroEspecializacao2009.pdf. Acesso em: jul. 2026.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011. E-book.

GUIMARÃES, José Geraldo de Araujo. *Cidades inteligentes*: proposta de um modelo brasileiro multi-ranking de classificação. 2018. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-05072018-120958/pt-br.html. Acesso em: jul. 2026.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes*: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2021. E-book.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2022. E-book.

LIMA, Maria José Oliveira; GUERRA, Joana Vale; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; PRATES, Jane Cruz; RIBEIRO, Robson de Jesus; CARVALHO, Cristiano Costa de; MONTEIRO, Amor António (org.). *Serviço Social e os desafios da sustentabilidade global*: justiça socioambiental, crises humanitárias e o Serviço Social na lusofonia. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação; Veranópolis: Diálogo Freiriano, 2026.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

URBAN SYSTEMS. *Ranking Connected Smart Cities 2025*. São Paulo: Urban Systems, 2025. Disponível em: https://www.connectedsmartcities.com.br. Acesso em: jul. 2026.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.